

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Considerando os princípios, teorias e normas contábeis aplicáveis no Brasil, julgue os itens subsequentes.

- 51** A convicção de que uma saída de recursos será dispensável para a liquidação de uma obrigação presente da entidade não elimina o caráter de passivo dessa obrigação.
- 52** Um evento que altera de forma qualitativa, mas não monetária, o patrimônio de uma entidade é um fato administrativo, mas não um fato contábil.
- 53** Uma conta de natureza devedora que não seja retificadora expressa uma aplicação de recurso.
- 54** As demonstrações contábeis consolidadas retratam a situação econômico-financeira de uma unidade de natureza econômico-contábil, mas não de uma entidade contábil.
- 55** As demonstrações contábeis destinam-se a atender a grupos específicos de usuários, tais como acionistas, governo e órgãos supervisores e fiscalizadores.

contas	(em R\$)
capital social	2.000
veículos	4.000
móveis e utensílios	2.000
máquina e equipamentos	1.000
caixa	1.000
promissórias a pagar	2.000
duplicatas a pagar	7.000
impostos a pagar	5.000
títulos a receber	500
aluguéis a receber	500
receitas	15.000
custos e despesas	14.500
lucros ou prejuízos acumulados	?

Considerando que a tabela precedente apresenta as únicas contas relevantes para fins de levantamento do balancete e para a apuração do resultado do exercício de determinada entidade, julgue os itens a seguir.

- 56** A entidade em questão possui situação patrimonial líquida superavitária, resultante de seguidos lucros auferidos.
- 57** No rol de contas apresentado, há apenas duas contas de resultado.
- 58** O resultado da entidade no exercício foi deficitário.

No que se refere às principais demonstrações contábeis previstas em lei, julgue os itens que se seguem.

- 59** Para a apuração do resultado do exercício e o levantamento da demonstração do resultado, devem-se considerar as receitas — independentemente de seu efetivo recebimento — e a totalidade das despesas e custos — independentemente de já terem gerado receitas.
- 60** Na avaliação dos estoques que uma entidade mantém para a venda, utiliza-se a regra do valor de custo ou a do valor de mercado, devendo-se optar pelo menor valor.

- 61** A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados (DLPA) evidencia os ajustes de exercícios anteriores que tenham resultado da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.
- 62** As informações que não constem nas demonstrações contábeis mas que sejam relevantes para sua compreensão deverão ser objeto de notas explicativas.
- 63** Aplicação de liquidez imediata que possa ser sacado por valor previamente conhecido e que não esteja sujeito a risco de perda de valor é um equivalente de caixa.

De acordo com as Normas Técnicas de Auditoria (NBC TA) estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), julgue os itens a seguir.

- 64** O auditor deve preparar respostas gerais para tratar dos riscos que podem advir de distorções relevantes constatadas na auditoria de demonstrações contábeis. Esse procedimento contribuirá para que o auditor defina e execute procedimentos apropriados, como testes e investigações, com o objetivo de obter evidências de auditoria.
- 65** No planejamento da auditoria de demonstrações contábeis, o auditor deve definir uma estratégia global para o trabalho e preparar documentação que permita que qualquer usuário entenda os procedimentos a serem executados para o cumprimento das normas de auditoria.
- 66** Risco inerente consiste na possibilidade de que uma afirmação a respeito de uma classe de transação seja distorcida; risco de controle é a suscetibilidade de uma afirmação a respeito de uma transação, saldo contábil ou divulgação.
- 67** A opinião do auditor deve fundamentar-se em demonstrações contábeis examinadas de acordo com as NBC TA, devendo esse profissional emitir opinião não modificada quando as demonstrações contábeis forem compatíveis com a estrutura dos relatórios financeiros aplicável.
- 68** São princípios inerentes ao trabalho de asseguarção do auditor a integridade, a objetividade, o sigilo e o comportamento profissional.

Espaço livre

balanço patrimonial da empresa Alfa S.A. (em R\$)							
	20X3	20X2	20X1		20X3	20X2	20X1
<b>ativo circulante</b>	<b>41.250</b>	<b>30.000</b>	<b>34.500</b>	<b>passivo circulante</b>	<b>14.000</b>	<b>10.000</b>	<b>9.000</b>
disponibilidades	8.000	6.000	4.000	obrigações tributárias	8.000	7.000	6.000
clientes e recebíveis	7.500	5.500	3.500	empréstimos e financiamentos	6.000	3.000	3.000
estoques para vendas	10.000	8.000	6.000				
outros créditos circulantes	15.750	10.500	21.000				
<b>ativo não circulante</b>	<b>49.750</b>	<b>38.500</b>	<b>15.000</b>	<b>passivo não circulante</b>	<b>38.000</b>	<b>28.000</b>	<b>18.000</b>
créditos tributários	5.000	4.000	3.000	empréstimos e financiamentos	38.000	28.000	18.000
créditos com outras empresas	1.500	2.000	2.500				
investimentos	5.406	4.063	1.188				
imobilizado	16.219	12.187	3.562	<b>patrimônio líquido</b>	<b>39.000</b>	<b>30.500</b>	<b>22.500</b>
intangível	21.625	16.250	4.750	capital social	10.000	10.000	10.000
				reservas de capital	5.000	5.000	5.000
				reservas de lucros a realizar	24.000	15.500	7.500
<b>ativo total</b>	<b>91.000</b>	<b>68.500</b>	<b>49.500</b>	<b>passivo total</b>	<b>91.000</b>	<b>68.500</b>	<b>49.500</b>

demonstração do resultado da empresa Alfa S.A. (em R\$)			
	20X3	20X2	20X1
receita bruta	27.000	24.000	21.000
deduções da receita bruta	(8.100)	(6.000)	(4.200)
receita líquida	18.900	18.000	16.800
custo de bens e(ou) serviços vendidos	(3.800)	(3.600)	(3.400)
resultado bruto	15.100	14.400	13.400
despesas/receitas operacionais	(3.000)	(2.900)	(2.700)
resultado operacional	12.100	11.500	10.700
provisão para IR e contribuição social	(3.600)	(3.500)	(3.200)
resultado do exercício	8.500	8.000	7.500

Considerando as tabelas anteriormente mostradas, que apresentam as demonstrações contábeis ajustadas para fins de análise da empresa hipotética Alfa S.A., referentes aos anos de 20X1 a 20X3, julgue os próximos itens.

- 69** A relação entre as fontes de recursos melhorou de 20X1 para 20X3.
- 70** A liquidez imediata da empresa, para o ano 20X2, é de R\$ 3 para cada R\$ 1 de dívida, e a liquidez corrente, de R\$ 0,60.
- 71** De acordo com os dados apresentados, tanto o retorno sobre o patrimônio líquido quanto o retorno sobre o ativo total sofreram redução de 20X1 para 20X3.
- 72** A lucratividade da empresa diminuiu ao longo do tempo: a margem operacional passou de 0,80 para 0,70.

Espaço livre

Tendo em vista que, na avaliação de uma empresa, além dos dados econômicos e financeiros que integram as demonstrações contábeis, outras informações de mercado e informações não financeiras devem ser levadas em conta, julgue os itens seguintes.

- 73** A análise vertical efetua comparativos entre os períodos de tempo, ao passo que a análise horizontal se preocupa com o comparativo de itens no mesmo período de análise.
- 74** Entre os indicadores adicionais, o índice preço/lucro não é divulgado pela empresa, e sim fornecido pelo mercado; o indicador *market to book* efetua um comparativo entre o valor de mercado e o valor patrimonial da empresa.
- 75** O indicador EBTIDA ignora variáveis importantes, tais como a qualidade de crédito da empresa, os impostos incidentes sobre o lucro e as necessidades de reinvestimentos.

Em relação à terminologia aplicada à contabilidade de custos, julgue os itens a seguir.

- 76** Custo da produção acabada e custo de produção do período são conceitos distintos e não podem apresentar valores iguais na apuração de custos de determinado período.
- 77** Os gastos para a obtenção de bens que se destinem aos estoques da entidade são considerados investimentos.
- 78** Na compra à vista de um computador para ser utilizado no escritório de uma empresa de auditoria, ocorrem um desembolso e uma despesa, representados pela entrega imediata de recursos ao fornecedor.
- 79** No fluxo de fabricação e venda de um produto, a aquisição de matéria-prima é um gasto que se transforma em custo no momento de sua utilização no processo produtivo, e em despesa, quando ocorre a venda do produto fabricado.

Julgue os itens que se seguem, acerca da classificação de custos.

- 80** No cálculo do custo de uma auditoria, as horas extras trabalhadas por pessoal de apoio devem ser classificadas como custo indireto variável.
- 81** A técnica de custos indiretos aplicados utiliza uma taxa de aplicação predeterminada e calculada com base nos custos reais do período anterior.
- 82** À luz dos conceitos de custo e despesa, o termo despesa indireta de fabricação não é correto, uma vez que é utilizado comumente para designar gastos que têm características de custos.
- 83** Em geral, o custo variável apresenta variabilidade na quantia total e no seu valor por unidade produzida, em função de alterações no volume da produção, ao passo que o custo fixo não se altera dentro de determinados limites de produção, embora, seu valor, por unidade produzida, decresça com o aumento do volume de produção.

Em relação ao custeio com base em atividades (ABC), julgue os itens seguintes.

- 84** O ABC minimiza as distorções provocadas pelo rateio dos custos indiretos, muito utilizado no custeio por absorção, e está fundamentado no fato de que as atividades consomem recursos e os produtos consomem atividades.
- 85** No ABC, a transferência dos custos das atividades para os produtos segue uma ordem de prioridade distinta à adotada na atribuição de custos às atividades.

A empresa X incorreu nos seguintes custos (em reais) em determinado período.

custos fixos	1.500
custos variáveis diretos	800
custos variáveis indiretos	200

As vendas líquidas da referida empresa, nesse período, totalizaram R\$ 3.000.

Nessa situação hipotética,

- 86** sob o custeio variável, o custo dos produtos vendidos pela empresa X seria igual a R\$ 1.000.
- 87** utilizando-se o custeio por absorção, o lucro bruto da empresa X seria igual a R\$ 1.500.

No que diz respeito aos instrumentos de transparência, controle e fiscalização previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens a seguir.

- 88** A variação patrimonial decorrente das alienações de veículos de propriedade do estado do Pará deverá constar em demonstrativo que acompanhe o relatório resumido da execução orçamentária, referente aos meses de novembro e dezembro de cada exercício.
- 89** Os demonstrativos da receita corrente líquida e dos resultados nominal e primário devem constar do relatório de gestão fiscal.

Espaço livre

informação	valor (em R\$)
total da despesa liquidada	30.105
pagamento de operação de crédito por antecipação da receita orçamentária	11.000
recebimento referente à alienação de bens imóveis	8.000
ICMS arrecadado	33.800
cauções recebidas de empresas para participação em licitação	2.000
depreciação de bens móveis	600
pagamento de folha de servidores	3.400
receita total prevista na LOA	35.500
pagamento referente à compra, no exercício, de medicamentos para famílias carentes	23.000
despesa fixada na LOA	35.500

A tabela precedente apresenta eventos ocorridos, referentes ao exercício de 2015 em determinado estado da Federação. Sabendo que foram liquidados 90% da despesa empenhada, julgue os próximos itens, considerando as normas vigentes relativas aos demonstrativos contábeis do setor público.

- 90** Na estrutura do balanço patrimonial, incluem-se a dívida fundada, classificada no passivo circulante, e a dívida mobiliária, classificada no passivo não circulante.
- 91** A despesa realizada, constante do balanço orçamentário apresentado, foi maior que R\$ 31.000.
- 92** O balanço financeiro apresentará um saldo maior que R\$ 3.000, referente a restos a pagar processados, inscritos no exercício em questão.
- 93** Nesse caso, a receita efetiva foi superior a R\$ 41.000.
- 94** Apesar de não causar desembolso financeiro, a depreciação de bens móveis deverá ser reconhecida na demonstração das variações patrimoniais como uma variação patrimonial diminutiva.
- 95** No exercício em apreço, houve despesa extraorçamentária no estado.

Com referência à contabilidade aplicada ao setor público, julgue os itens subsequentes.

- 96** Um imóvel adquirido pelo estado do Pará deverá ser registrado no patrimônio público pelo valor de aquisição ou de construção, não se admitindo o registro de perdas de valor recuperável antes de sua alienação.
- 97** Com a adoção do regime de competência, sob o enfoque patrimonial, os restos a pagar não devem ser classificados como receita extraorçamentária.
- 98** Deve aplicar normas de contabilidade pública fundação pública de direito privado que receba recursos do estado do Pará para o custeio de suas atividades.

Em relação ao Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (SIAFEM) e à gestão da contabilidade pública no Brasil, julgue os itens subsequentes.

- 99** Compete à Secretaria do Tesouro Nacional apoiar os estados responsáveis pela elaboração do balanço do setor público nacional.
- 100** O SIAFEM visa, entre outros objetivos, à unificação dos recursos de caixa do governo estadual, sem perda da individualização das disponibilidades de cada unidade administrativa, uma vez que esse sistema registra os limites financeiros de cada unidade gestora.

A respeito do orçamento público, instrumento de gestão de maior relevância da administração pública, julgue os itens a seguir.

- 101** O ciclo orçamentário é constituído de uma sequência de quatro fases, ou etapas, que devem ser cumpridas como parte do processo orçamentário: elaboração, aprovação, execução e acompanhamento.
- 102** O princípio da universalidade do orçamento, consagrado nas constituições brasileiras, estabelece que o montante da despesa autorizada em cada exercício financeiro não poderá ser superior ao total de receitas estimadas para o mesmo período.
- 103** A técnica orçamentária na qual a estrutura do orçamento dá ênfase aos aspectos contábeis de gestão é a do orçamento tradicional.
- 104** O processo orçamentário envolve a fase de elaboração das leis orçamentárias e a fase de execução orçamentária.
- 105** A lei orçamentária anual, entre outros aspectos, exprime, em termos financeiros, a alocação dos recursos públicos para determinado exercício.

Espaço livre

O orçamento público constitui um poderoso instrumento de controle dos recursos financeiros gerados pela sociedade. A respeito desse tema, julgue os itens que se seguem, com base na doutrina e nas disposições legais sobre orçamento e finanças públicas.

**106** No âmbito do estado do Pará, a Secretaria de Estado de Fazenda é o órgão central do sistema de orçamento e planejamento estadual.

**107** A Constituição Federal de 1988 atribuiu ao Poder Executivo a competência para a elaboração da proposta orçamentária e ao Poder Legislativo a competência para a sua aprovação.

O Poder Executivo, ao elaborar o orçamento geral do estado do Pará (OGE/PA) para o exercício de 2016, propôs:

- dotação orçamentária, consignada na LOA, no valor de R\$ 500 milhões para custear a construção da chamada ferrovia da soja, para ligar os estados do Pará e Mato Grosso;
- instituição do programa paraense de incentivo ao primeiro emprego, um programa assistencial continuado de incentivo ao primeiro emprego para jovens com idade entre 18 e 20 anos, ao custo de R\$ 500 por jovem.

Considerando essa situação hipotética, julgue os próximos itens, relativos a orçamento público.

**108** Caso necessite alterar o planejamento inicial para a construção da ferrovia durante o exercício de 2016, por meio da adição ou supressão da dotação orçamentária de R\$ 500 milhões inicialmente consignada na LOA, o governo deverá encaminhar projeto de lei de créditos adicionais à assembleia legislativa.

**109** O programa de incentivo ao primeiro emprego poderá ser incluído no OGE/PA, mesmo que não conste do PPA estadual.

Na execução de seu orçamento do exercício 2015, determinado município paraense realizou as seguintes operações:

- no mês de agosto de 2015, foi aberto um crédito adicional, para a utilização de recursos por excesso de arrecadação, no valor de R\$ 70 mil, destinado à aquisição de terreno para a construção de um ginásio de esportes, para o qual não havia dotação orçamentária específica;
- no mês de setembro de 2015, foi aberto outro crédito adicional, no valor de R\$ 100 mil, destinado a reforço de dotação orçamentária já existente, relativa à construção de um hospital municipal, também para a utilização de recursos por excesso de arrecadação.

A previsão da receita, as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas no exercício de 2015 são as mostradas no quadro a seguir.

receitas arrecadadas em 2015	R\$ 700 mil
despesas empenhadas em 2015	R\$ 500 mil
previsão da receita para 2015	R\$ 500 mil

Com referência a essa situação hipotética, julgue os itens subsequentes.

**110** Depreende-se das informações apresentadas que o excesso de arrecadação foi de R\$ 170 mil.

**111** O crédito adicional relativo à aquisição do terreno para a construção do ginásio de esportes, nos termos da legislação vigente, classifica-se na modalidade de crédito extraordinário.

**112** Nos termos da legislação vigente, o crédito adicional relativo à construção do hospital municipal classifica-se na modalidade de crédito suplementar.

A respeito do processo de orçamentação, julgue os itens subsequentes.

**113** A programação qualitativa do orçamento público é a organização do gasto público por meio da identificação dos programas com a classificação funcional e econômica da despesa.

**114** As despesas decorrentes de sentença judicial são classificadas como operações especiais, por não gerarem produtos.

**115** Restos a pagar são despesas empenhadas e não pagas no exercício. Seu impacto orçamentário ocorre no exercício corrente e o financeiro, no exercício posterior.

A respeito do controle, do acompanhamento da execução orçamentária e da avaliação do planejamento governamental, julgue os seguintes itens.

**116** Compete ao Tribunal de Contas do Estado do Pará coordenar o processo de avaliação anual dos programas do Poder Executivo estadual.

**117** A fase final do processo orçamentário é a prestação de contas. Nessa fase são elaborados balanços, demonstrativos contábeis e compilados vários indicadores. De acordo com a legislação pertinente, há dois tipos de controle: o das receitas e o das despesas.

**118** No âmbito federal, o titular do controle externo é o Tribunal de Contas da União; no âmbito estadual, é o tribunal de contas do estado.

A respeito da descentralização orçamentária e financeira, julgue os itens a seguir.

**119** A descentralização de créditos interna é denominada provisão e a externa, cota. Ambas caracterizam-se pela cessão de crédito orçamentário entre unidades orçamentárias ou unidades gestoras.

**120** A movimentação de recursos financeiros entre as diversas unidades orçamentárias e administrativas compreende cota, repasse e despesa.

Espaço livre